



Hércules S.A. – Fábrica de Talheres
Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Atividades desenvolvidas

A Companhia tem por objeto a fabricação, comercialização de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades.

Atualmente, a Companhia opera com o licenciamento da Marca “Hércules” para fabricação e distribuição de talheres e outros artigos de mesa para uso doméstico e de restaurantes.

2. Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Hércules, entende ser capaz de cumprir com o passivo tributário (nota explicativa 11) e debêntures a pagar (nota explicativa 12).

O passivo tributário federal da Companhia, reconhecido contabilmente, inclusive o que fora indicado em parcelamentos mantidos ou já quitados, continua sendo objeto do trabalho de revisão.

Este trabalho de revisão, busca a adequação real e devida das obrigações tributárias, que compõem o saldo contábil/fiscal depois de analisada dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o seu passivo tributário.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir a dívida da Companhia.

Cabe destacar que a Companhia é detentora de direitos creditórios que poderão, no momento processual oportuno, quitar quaisquer débitos federais, vencidos ou vincendos, reduzindo substancialmente o passivo tributário federal da Companhia.

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversível em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, por meio de utilização de débitos mantidos junto a Mundial S.A – Produtos de Consumo, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente totalmente aprovado pela Mundial S.A em AGE na mesma data. (nota explicativa 12).

Uma das medidas adotadas pela Companhia foi a mudança no processo de distribuição dos produtos com a Marca Hércules, que até meados de 2018 era feito por terceiros e passou a ser administrada pela Mundial S.A. Com intuito de buscar um melhor reposicionamento da marca no mercado, os lançamentos de novos produtos e investimentos em estratégias de marketing, são os desafios a serem enfrentados pela Administração da Companhia para melhora dos resultados futuros.

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76, com alterações pela Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09, pronunciamentos, orientações, interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b. Declaração de relevância

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão em reunião de diretoria realizada em 27 de março de 2020.

c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

i. Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 13 – Provisão para contingências.

Nota explicativa 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos ou passivos financeiros em i) custo amortizado e ii) valor justo por meio de resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

- Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos e passivos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Contas a receber, fornecedores, debêntures e partes relacionadas.

- Valor justo por meio do Resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, outras contas a receber e direitos creditórios e outras contas a pagar.

ii. Mensuração

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Esses ativos e passivos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

- Valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

- Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece para seus ativos e passivos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada, quando identificada.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

Nota explicativa 5 - Contas a receber de clientes

Nota explicativa 6 - Outras contas a receber

Nota explicativa 7 - Direitos creditórios

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável não se aplica em vista do saldo ser referente despesas sobre a marca Hercules.

b. Ativo intangível

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o exercício corrente e comparativo é indefinida.

A cada encerramento do exercício é revista a recuperabilidade dos mesmos e não demonstra indícios de provisão para recuperação a ser registrada.

c. Receita operacional

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties que representam um percentual auferido sobre as vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas. A receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

d. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização do passivo tributário.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, nos exercícios apresentados, nos termos da NBC TG 41 – Resultado por ação.

g. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme Normas Brasileiras de Contabilidade aplicável às companhias abertas.

h. Mudança nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- CPC/NBC TG 06 / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

A partir de 01 de janeiro de 2019, entrou em vigência a NBC TG 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovada pela CVM 787/2017, o qual trouxe mudanças significativas nos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, todavia, tais alterações não produziram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, visto que não existem contratos com características passíveis das alterações trazidas na referida NBC TG 06.

i. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. As mesmas serão aplicáveis para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 13/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros (alterações ao CPC 50).

5. Clientes

O saldo de R\$ 360 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 338 dezembro de 2018) corresponde royalties a receber por licenciamento da marca e possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	2019	2018
A vencer até 30 dias	93	145
A vencer entre 31 e 90 dias	267	193
	360	338

6. Outras contas a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 530 (R\$ 537 em 31 de dezembro 2018) sendo R\$ 514 no não circulante, referem-se à aquisição créditos junto a Eletrobrás. Os valores a pagar foram registrados conforme condições pactuadas e estão registradas no grupo de outras contas a pagar no total de R\$ 171 no circulante e R\$ 193 no não circulante.

7. Direitos creditórios

O saldo de R\$ 6.193 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 5.927 em 31 de dezembro de 2018) atualizados pelo IPCA + 0,5% ao mês, referem-se aos direitos creditórios adquiriu em 2014 por meio de contrato de cessão, oriundos de processo judicial, cuja sentença procedente determinou o pagamento de indenização às usinas de álcool e açúcar em razão da prática de intervenção do governo sobre a formação dos preços praticados nas vendas, montante de R\$ 4.300, com deságio já registrado no resultado de R\$ 2.946.

Os referidos Direitos Creditórios são analisados periodicamente por advogadas externos da Companhia, que apresentam parecer provável de realização bem como a possibilidade factível de utilização de Direitos Creditórios da Companhia para quitação de eventual passivo em aberto.

8. Depósito judicial

O saldo de 31 de dezembro de 2019 de R\$ 2.385 (R\$1.232 em 31 de dezembro 2018) no não circulante, referem-se a depósito judicial tributária no valor de R\$ 2.352 e R\$ 33 trabalhista.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre partes relacionadas.

Tais transações, dadas as suas características específicas, não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

Os impactos das transações entre partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

	Mundial S.A.	Bellini S.A.	Mundial Distribuidora	ZHEPAR	Total
Saldo em 2019					
Debêntures	324.582	-	-	-	324.582
Saldo ativo	-	-	176	-	176
Saldo passivo	11.911	2.966	-	109	14.986
Saldo em 2018					
Debêntures	324.582	-	-	-	324.582
Saldo ativo	-	-	-	261	261
Saldo passivo	14.861	2.966	-	-	17.827

Abaixo apresentamos as características:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Mundial S.A. Produtos de Consumo	Não remunerada	Indeterminado
Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo LTDA	Não remunerada	Indeterminado
Bellini S.A.	Não remunerada	Indeterminado
Zhepar Participações LTDA	Não remunerada	Indeterminado

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 389.007, que foram subscritas no seu total à vista pelo saldo decorrente da conta corrente existente entre a Companhia e a Mundial S.A, conforme descrito na nota explicativa 12.

10. Intangível

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo do intangível de R\$ 142, refere-se ao custo de registro e manutenção das marcas e patentes da Companhia nos órgãos competentes.

11. Impostos e contribuições sociais

Composição do passivo tributário da Companhia possui a seguinte composição:

	2019	2018
Programa de recuperação fiscal - REFIS (a)	14.165	14.165
Outros parcelamento (b)	34	143
Outros impostos e contribuições (c)	38.203	37.698
	52.402	52.006
Passivo circulante	38.839	38.409
Obrigações fiscais federais	38.819	38.317
Obrigações fiscais municipais	20	92
Passivo não circulante	13.563	13.597
Obrigações fiscais federais	13.563	13.581
Obrigações fiscais municipais	-	16
	52.402	52.006

Os parcelamentos têm a seguinte composição de vencimento por ano:

2020	34
Total	34
REFIS e impostos e contribuições	52.368
Total do passivo e passivo não circulante	52.402

a. Tributos e contribuições sociais - Programa de recuperação fiscal - (REFIS)

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em dezembro de 1999, no qual declarou todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), posteriormente normalizadas pela Resolução 004 da SRF, foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no programa REFIS, a Companhia passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

A Companhia calcula uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na melhor estimativa de crescimento do faturamento e deduzida da expectativa de juros futuros, resultando em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 14.165 (R\$ 602 reconhecidos no passivo circulante e R\$ 13.563 no passivo não circulante). A Administração mantém o entendimento de que estes montantes representam a melhor estimativa disponível quanto aos valores prováveis de serem desembolsados. Este montante tem sido revisado a cada data de reporte e será ajustado à medida que alterações relevantes sejam identificadas.

Atualmente a parcela mensal é de aproximadamente R\$ 2.

Para os débitos existentes junto à Secretaria da Receita Federal, foram dados em garantia na modalidade de arrolamento de bens, imóveis, máquinas e equipamentos a Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

O programa estabeleceu ainda como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos das parcelas, assim como dos impostos e contribuições correntes, sejam efetuados em dia. A exclusão da Companhia do REFIS implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais (SELIC) sobre o valor principal, recompondo a dívida a partir de 31 de dezembro de 1999 (data da formalização da opção).

Em 31 de dezembro de 2019 essa eventual recomposição resultaria no valor de R\$ 337.255, sendo necessário reconhecer um passivo adicional de cerca de R\$ 323.090 e reclassificar para o passivo circulante a totalidade do débito classificado no passivo não circulante, no montante de R\$ 13.563.

Adicionalmente, conforme requerido pela instrução CVM nº. 346 demonstramos abaixo a composição dos débitos e contribuições sociais incluídos no programa aos valores nominais deduzindo os pagamentos efetuados e o saldo remanescente, atualizados pela TJLP:

	Principal	Juros e multa	Total	Atualização TJLP	Amortização	2019
PIS	2.597	1.519	4.116	6.035	(84)	10.067
COFINS	9.621	7.266	16.887	24.755	(346)	41.296
IPI	22.450	22.819	45.269	66.361	(928)	110.702
IRRF	2.323	2.321	4.644	6.808	(95)	11.357
CSL	16.183	-	16.183	23.724	(332)	39.575
IRPJ	33.724	-	33.724	49.437	(691)	82.470
INSS	27.950	23.934	51.884	76.059	(1.062)	126.881
	114.848	57.859	172.707	253.179	(3.538)	422.348

A Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários constantes do PA nº 11080.001223/96-38. Assim, considerando a existência de documentação comprobatória da inclusão dos referidos débitos tributários e baseados no posicionamento dos seus consultores jurídicos, a Companhia tem discutido através de medidas judiciais a sua manutenção no programa de parcelamento. A discussão judicial encontra-se neste momento em sede de Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça – STJ. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que as decisões definitivas venham ser proferidas em seu favor.

Nos autos da Execução Fiscal nº. 5016265-59.2015.04.7100, em trâmite perante a 16ª Vara Federal de Porto Alegre, cujos débitos estão consolidados nos termos da Lei nº. 9964/2000 – REFIS, ocorreu um leilão por ordem judicial das ações da empresa Mundial S/A – Produtos de Consumo de propriedade da Companhia que estavam penhoradas. O leilão resultou na venda de 259.750 ações do tipo ON de emissão da Mundial S/A – Produtos de Consumo no valor total de R\$ 1.087, e os resultados destas vendas foram convertidos em depósito judicial.

Na ocasião, a ZHEPAR Participações LTDA adquiriu da Companhia a participação de 7,51% da Mundial S/A – Produtos de Consumo e outros investidores adquiriram 2,92% das ações, totalizando a alienação de 10,43% do investimento. Referida negociação das ações em nada altera a opinião dos assessores jurídicos quanto a êxito provável da ação judicial sobre a manutenção da Companhia no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

Em março de 2019 foi efetuada venda das cotas que a Hércules detinha do Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset no valor de R\$ 462, os resultados destas vendas foram convertidos em depósito judicial conforme requerido nos ofícios nos. 710001892719 e 710007854718.

b. Outros parcelamentos

O saldo é composto por parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Único – IPTU, que a Companhia possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no montante de R\$ 16 com parcela mensal de R\$ 8, salário educação no montante de R\$ 19, com parcela mensal de R\$ 2.

c. Outros impostos e contribuições

O saldo é composto por impostos e contribuições correntes não parcelados.

d. Revisão passivo tributário

A Companhia, mantém contínuo trabalho de diagnóstico e revisão do passivo tributário com o intuito de confirmar a possível existência de créditos a serem constituídos com base nas obrigações tributárias que compõem o saldo contábil/fiscal ou de períodos anteriores, considerando o correto enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com uma consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Companhia e suas controladas.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia, consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

Até o presente momento, somente no que diz respeito aos valores em duplicidade, decadência e prescrição perante os órgãos federais, a consultoria já identificou e apresentou requerimento no montante de R\$ 50.528, valores diretamente vinculados ao parcelamento instituído pela Lei nº. 11.941/2009.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN (Código Tributário Nacional), Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT (Coordenação-Geral de Tributação) e CODAC (Coordenação de Arrecadação e Administração do Crédito Tributário), acórdãos e decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal).

e. Garantias prestadas

Em garantia dos parcelamentos com a Receita Federal do Brasil - RFB foram oferecidos terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos da Mundial S.A - Produtos de consumo, e terrenos e imóveis das partes relacionadas, Monte Magré S.A. e Eberle Agropastoril S.A.

12. Debêntures a pagar

O saldo das debêntures a pagar é de R\$ 324.582 (idem 2018) e possui as seguintes características:

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de débitos mantidos junto à Mundial S.A – Produtos de Consumo, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente totalmente aprovado pela Mundial S.A em AGE na mesma data.

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá qualquer correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do exercício social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações contábeis da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (ii) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações contábeis da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

A Companhia oferece como garantia de penhor os registros da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas.

Em novembro de 2014 a Companhia enviou a Mundial S.A. o valor R\$ 84.369, através de transferência prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social para que a mesma utilização no parcelamento da Lei nº. 13.043/2014, sendo esse valor utilizado para amortização de parte do saldo das debêntures.

Em novembro de 2017 a Companhia aderiu ao parcelamento Lei nº. 13.496/2017, conforme mencionado na nota explicativa 11, o que resultou na reversão de parte dos prejuízos fiscais e base negativa utilizados para a amortização das debêntures, conforme mencionado no parágrafo anterior, no montante de R\$ 19.944.

Anualmente, empresa independente fornece laudo de revisão do valor da marca Hércules, dada em garantia e laudo de capacidade de realização de pagamento dessas debêntures. O valor da marca dado em garantia corresponde a R\$ 297.472 (R\$306.220 em 2018). Os laudos efetuados por especialistas externos foram aprovados pela Diretoria da Companhia.

13. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constitui provisão.

O saldo em 31 em dezembro de 2019 de R\$ 14 (R\$ 13 de dezembro de 2018) e considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações trabalhistas em curso.

Existem processos e obrigações cíveis, trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos, nos montantes apresentados no quadro abaixo:

	2019	2018
Causas trabalhistas	19	18
Causas cíveis	1.209	2.059
	1.228	2.077

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social de R\$ 15.300, excluída a correção monetária de R\$ 7.509, dividido em 171.198 ações ordinárias e 338.801 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

O capital social poderá ser aumentado, independente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho Administrativo sobre subscrição de ações públicas ou particular, observando o limite de 50.597.929 ações ordinárias nominativas e 101.195.858 ações preferenciais nominativas.

i. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

ii. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando destinados são reconhecidos como passivo.

15. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2018 conforme o quadro abaixo:

Data	Histórico	Quantidade de ações ordinárias	Média ponderada de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Média ponderada de ações preferenciais
31/12/2018	Saldo final de ações	171.198	171.198	338.801	338.801
31/12/2019	Saldo final de ações	171.198	171.198	338.801	338.801

	2019	2018
Resultado do exercício	3.436	1.344
Média do período de ações ordinárias	171.198	171.198
Média do período de ações preferenciais	338.801	338.801
Resultado por ação ordinária básico e diluído	6,7373	2,6353
Resultado por ação preferencial básico e diluído	6,7373	2,6353

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros.

16. Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
Receita bruta de serviços	1.277	1.744
Impostos sobre serviços	(163)	(222)
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	(15)	(21)
Receita operacional líquida	1.099	1.501

17. Despesas por natureza

	2019	2018
Receitas e despesas por função		
Despesas administrativas	(360)	(452)
Outras receitas operacionais	1	9.229
	(359)	8.777
Despesas por natureza		
Serviços contratados com terceiros	(294)	(165)
Alienação de investimentos	(10)	-
Reclamatória cíveis trabalhista	-	(97)
Outras receitas e despesas operacionais	(55)	9.039
	(359)	8.777

18. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Deságio na aquisição de precatórios estaduais COMPENSA-RS	-	4.939
Atualização de direitos creditórios	266	350
	266	5.289
Outras despesas financeiras		
Outras despesas financeiras - (atualização passivo tributário)	(791)	(13.925)
	(791)	(13.925)
Resultado financeiro	(525)	(8.636)

19. Imposto de renda e contribuição social- diferido

(a) O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e são demonstrados como segue:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	221	1.642
Outras adições e exclusões permanentes e temporárias, líquidas	-	(288)
(-) Compensação de 30% dos Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(66)	(406)
Base de cálculo ou prejuízo acumulado	155	948
Imposto de renda 15%	(23)	(142)
Contribuição social 9%	(14)	(85)
Adicional de 10%	-	(71)
Total	(37)	(298)
Alíquota efetiva do imposto	17%	18%
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.258	-

(b) A Ativação do prejuízo fiscal e base negativa registrada em 2019 no valor de R\$ 3.258, corresponde ao complemento transferido a Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo, em função da adesão e consolidação ao Parcelamento da Lei 13.496/2017 – Programa Espacial de Regularização Tributária – PERT, tal parcelamento permitia quitar saldo de tributos federais com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa próprio ou de empresas do grupo.

(c) A Companhia possui ativos fiscais diferidos oriundos dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos nas demonstrações contábeis, no montante de R\$ 51.402.

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em relação aos valores justos de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b. Categorias e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados a custo de amortizado e valor justo por meio de resultado, estão demonstrados abaixo:

Custo amortizado	Valor contábil		Valor justo	
	2019	2018	2019	2018
Clientes	360	338	360	338
Partes relacionadas ativas	176	261	176	261
Fornecedores	97	49	97	49
Debêntures	324.582	324.582	324.582	324.582
Partes relacionadas passivas	14.986	17.827	14.986	17.827

Valor justo por meio de resultado	Valor contábil		Valor justo	
	2019	2018	2019	2018
Outras contas a receber	530	537	530	537
Direitos creditórios	6.193	5.927	6.193	5.927
Outras contas a pagar	764	995	764	995

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são incluídos no valor pelo qual os instrumentos poderiam ser trocados em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

c. Gestão de risco

As operações contábeis da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

i. Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

ii. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se, as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

	2019	2018
Contas a receber de clientes	360	338

iii. Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia em honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o exercício de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

21. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contratada pela parte relacionada Mundial S/A é composta por R\$ 3.150 para responsabilidade civil e R\$ 119.133 para danos materiais. Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à Hércules S.A. - Fábrica de Talheres.

22. Outras informações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 outubro 2019, foi designado como Diretor Presidente o Sr. Adolpho Vaz de Arruda Neto e como Diretor de Relações com Investidores o Sr. Marcelo Fagundes de Freitas, com mandato coincidente com os atuais administradores, e que tomaram posse mediante assinatura do termo de posse lavrados em livro.

Neste mesmo ato foi designado o Sr. Adolpho Vaz de Arruda Neto, para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração e o Sr. Wilson Viera de Britto, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, até a próxima assembleia geral da Companhia. Ainda, foi apreciado e acatado nesta mesma Reunião do Conselho de Administração, o pedido de afastamento apresentado pelo Sr. Michael Lenn Ceitlin do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Os membros remanescentes do conselho de administração adotarão todos os procedimentos para selecionar e indicar um novo candidato para compor o Conselho de Administração e submetê-lo à deliberação de uma assembleia geral.

23. Eventos subsequentes

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS, onde eventuais efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter sua disseminação poderá impactar negativamente os negócios da Companhia e, conseqüentemente, suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nesse sentido, a Companhia esclarece que, em consonância com o disposto na NBC TG 24 – Eventos Subsequentes e, diante das atuais informações e dados sobre essa pandemia e os potenciais impactos na atividade econômica global, não há como aferir nesse momento quais efeitos relevantes podem impactar nas demonstrações contábeis, a continuidade dos negócios e /ou as estimativas contábeis mais significativas. Entretanto, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos.

* * * * *

Conselho de Administração

Adolpho Vaz de Arruda Neto – Presidente
Wilson Vieira de Britto – Vice-Presidente
Marcelo Freitas Pereira – Conselheiro

Diretoria

Adolpho Vaz de Arruda Neto – Diretor Superintendente
Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor Administrativo e
Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Júlio Cesar Câmara – Diretor

Ivanês Grison Souto
TCCRC nº RS 084547/O-0 SSP